



Assembleia da República
 Gabinete do Presidente
 N.º de Oficial 393814
 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 050402
 Número 11/04



REQUERIMENTO Número 04 /XI (.ª)

PERGUNTA Número 379 /XI (2 .ª)

Expeça-se
Publique-se
051041201
Q Secretário da Mesa MCC

Assunto: Carros de luxo de gestores da Carris

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Por determinação de
Secretaria da Mesa

11.04.05
[Signature]

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A partir do passado dia 5 de Março, a Carris anunciou alterações significativas na sua rede, afectando 14 carreiras, que incluíram a extinção pura e simples de seis carreiras (7, 39, 92, 752, 780 e 204), a pré-extinção da carreira 799, a supressão de mais duas ao fim de semana (768 e 781) e o encurtamento do percurso em cinco (12, 702, 706, 727 e 745), tudo em nome da redução das despesas públicas, impostas pelo Estado e pelos PECs.

No total, 16% das carreiras sofreram mudanças para pior, pois as reduções de frequência equivalem de facto a uma degradação da qualidade do serviço prestado, no momento em que, em resultado dos efeitos da grave crise económica e social que o país vive, se observa que, cada vez mais, os cidadãos recorrem ao transporte público para satisfazer as suas necessidades de mobilidade. Ou seja, numa altura em que parece confirmar-se uma tendência para o aumento da procura de transporte, a Carris, certamente cumprindo orientações da tutela, adopta medidas que vão precisamente ao contrário do interesse público: reduz a oferta em vez de promover um ajustamento que vá de encontro às exigências da procura.

O Bloco de Esquerda, em pergunta anterior ainda não respondida, já considerou esta situação de redução do serviço da Carris inaceitável, numa altura de maior procura dos utilizadores de transportes públicos devido às cada vez maiores dificuldades económicas da população. Mas, no momento em que se ficou a saber que o argumento "economicista" da "necessidade de conter as despesas públicas" não se aplica aos Administradores da empresa, tal desigualdade de atitude é ainda mais intolerável.

De facto, veio hoje a público, que a Carris, em 2010, tomou a decisão de renovar quase todo o parque automóvel dos seus Administradores, num encargo mensal de 54 mil euros por ano, no aluguer de 5 viaturas de luxo, ao serviço dos 5 gestores desta empresa pública. De acordo com o

último relatório e contas de 2010, o encargo mensal em rendas e alugueres destes veículos atinge os 4.500€ o que, atendendo aos argumentos usados para “justificar” os cortes das carreiras no passado mês de Março se afigura completamente injustificado.

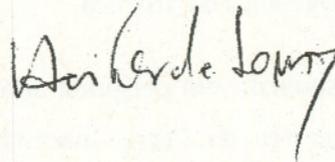
Num momento em que se exigem sacrifícios a todos para suportar as políticas anti-económicas e anti-sociais do PEC, é sintoma de uma grave irresponsabilidade que o Governo aceite passivamente uma situação que contrasta tão flagrantemente com os sacrifícios impostos à grande maioria do povo.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, as seguintes perguntas:

1. Considera o Ministério aceitável que a gestão da Carris tenha decidido renovar a frota de luxo que tem ao seu serviço, implicando um encargo mensal de 54 mil euros, num momento em que a empresa Carris, alegadamente para reduzir os custos operacionais, promoveu no início do mês de Março, o corte em 16% da sua oferta?
2. Vai o Ministério permitir que a Carris mantenha a sua política de aluguer de viaturas de luxo, à custa do erário público e no meio de uma gravíssima situação económica e financeira do país e do Estado?

Palácio de São Bento, 1 de Abril de 2011.

O Deputado



Heitor de Sousa